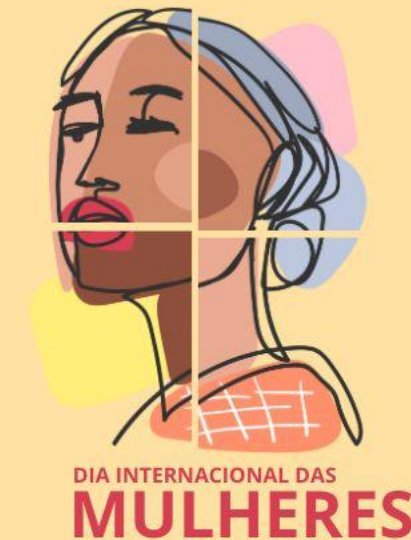


30 ANOS

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE PEQUIM



1995

2005

2015

2025



30 ANOS

IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES

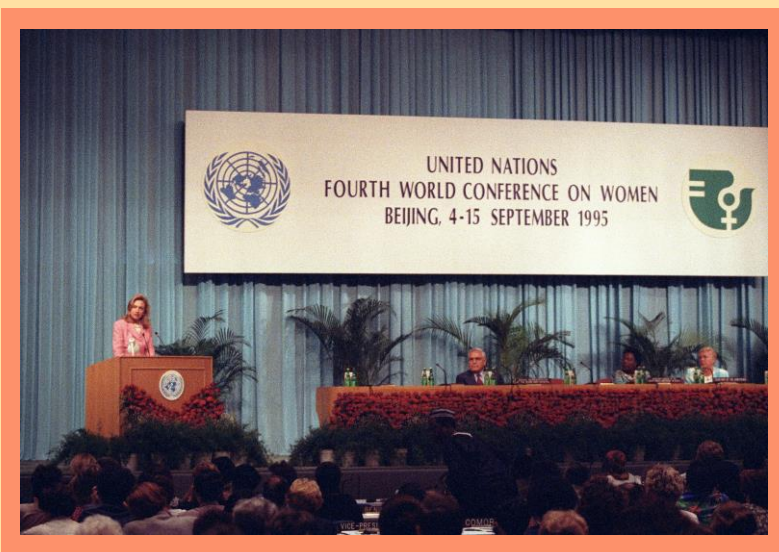


1995

2005

2015

2025



Marco incontornável na luta pela **igualdade de género** em todo o mundo,

Adoção da **Plataforma de Ação de Pequim** – **definição de 12 prioridades/áreas críticas** de atuação que têm sido o enquadramento de vários compromissos internacionais e nacionais na área da igualdade e não discriminação, nos últimos 30 anos.



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO

Áreas Prioritárias



DIA INTERNACIONAL DAS
MULHERES

1995 – Criação da Plataforma de Ação de Pequim

Documento estratégico adotado por 189 países, definindo **12 áreas críticas/prioritárias** para a igualdade de género:

Áreas Prioritárias

1. Mulheres e Pobreza

Enfrentar a pobreza familiar e promover oportunidades económicas.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Compromisso com a redução da pobreza familiar.
- 2000 - Inovação constante a parcerias e programas/planos de Desenvolvimento do Milénio.
- 2010 - OCEI e a Estratégia de erradicação da pobreza com enfoque nas mulheres.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade feminina através da proteção emprego e fidejucuminação.
- 2021 - Cooperativas - Novas actrices para fomentar o empreendedorismo feminino das mulheres.



Áreas Prioritárias

2. Educação e Formação

Asegurar o acesso igualitário das raparigas e mulheres à educação e formação.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Compromisso de garantir oportunidades para todos as raparigas.
- 2000 - Redução da desigualdade no acesso educacional em todos os níveis.
- 2010 - Mais empoderamento e participação económica e social das mulheres.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à educação.
- 2021 - Empoderamento feminino através da educação e formação das mulheres em áreas STEM, tecnologia, empreendedorismo.



Áreas Prioritárias

3. Saúde das Mulheres

Garantir o melhor de saúde acessível, incluindo saúde sexual e reprodutiva.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Acesso a cuidados de saúde reprodutivos.
- 2000 - Redução da mortalidade materna através da DOR.
- 2010 - Mais acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

4. Violência Contra as Mulheres

Prevenir e eliminar todas as formas de violência baseada no género.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Primeira conferência internacional sobre a violência de género.
- 2000 - Redução da violência de género através de programas de educação e formação para raparigas e mulheres.
- 2010 - Criação de mecanismos de denúncia e apoio às vítimas.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

5. Mulheres e Conflitos Armados

Proteger mulheres em conflitos e assegurar a sua participação nos processos de paz.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Enfoque na proteção das mulheres em conflitos armados.
- 2000 - Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre a participação feminina nos processos de paz.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

6. Economia e Emprego

Garantir oportunidades económicas justas, qualidade laboral e acesso ao mercado de trabalho.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Acesso a todos os níveis de educação e formação para raparigas e mulheres.
- 2000 - Promoção da igualdade de oportunidades.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

7. Poder e Tomada de Decisão

Aumentar a participação política e a liderança feminina em todas as esferas da sociedade.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Acesso a todos os níveis de educação e formação para raparigas e mulheres.
- 2000 - Promoção da igualdade de oportunidades.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

8. Mecanismos Institucionais para a Igualdade de Género

Criar políticas e instituições eficazes para promover a igualdade.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Identificação de mecanismos de implementação para a igualdade de género.
- 2000 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

9. Direitos Humanos das Mulheres

Asegurar o reconhecimento pleno dos direitos das mulheres como direitos humanos.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Enfoque na proteção das mulheres em conflitos armados.
- 2000 - Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre a participação feminina nos processos de paz.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

10. Meios de Comunicação

Combater estereótipos de género e promover uma imagem igual das mulheres nos media.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Acesso a todos os níveis de educação e formação para raparigas e mulheres.
- 2000 - Promoção da igualdade de oportunidades.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

11. Meio Ambiente

Incluir a perspectiva de género nas políticas ambientais e garantir a participação feminina.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Acesso a todos os níveis de educação e formação para raparigas e mulheres.
- 2000 - Promoção da igualdade de oportunidades.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias

12. Meninas e Raparigas

Eliminar a discriminação contra raparigas e garantir o seu desenvolvimento pleno.

Enfoque prioritário no tema da declaração de longo prazo

- 1995 - Acesso a todos os níveis de educação e formação para raparigas e mulheres.
- 2000 - Promoção da igualdade de oportunidades.
- 2010 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2020 - Apoio para enfrentar a pandemia COVID-19 garantir a equidade no acesso à saúde.
- 2021 - Melhorar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva das mulheres em todas as áreas.



Áreas Prioritárias



1. Mulheres e Pobreza

Erradicar a pobreza feminina e promover oportunidades económicas.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Compromisso com a redução da pobreza feminina.

2000s – Inclusão do combate à pobreza de género nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

2015 – ODS 1 e 5 reforçam a erradicação da pobreza com enfoque nas mulheres.

2020 – Alerta para o risco de a pandemia da COVID-19 aumentar a pobreza feminina devido à perda de empregos e falta de proteção social.

2025 (expectativa) – Novas políticas para fortalecer a independência financeira das mulheres.



2. Educação e Formação

Assegurar o acesso igualitário das raparigas e mulheres à educação e formação.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Compromisso de garantir educação básica para todas as raparigas.

2000s – Redução da desigualdade no acesso à educação em vários países.

2015 – ODS 4 fortalece o compromisso com a educação inclusiva e de qualidade.

2020 – Alerta para o acesso desigual à tecnologia e ensino remoto que afeta as raparigas em áreas vulneráveis.

2025 – Enfoque na necessidade de criar condições para um maior acesso das mulheres às áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).



3. Saúde das Mulheres

Garantir cuidados de saúde acessíveis, incluindo saúde sexual e reprodutiva.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Foco na saúde materna e direitos reprodutivos.

2000s – Redução da mortalidade materna através dos ODM.

2015 – ODS 3 inclui metas para garantir acesso universal à saúde sexual e reprodutiva.

2020 – Alerta para o Impacto da pandemia sobre os serviços de saúde feminina.

2025 – Novos desafios como acesso ao aborto seguro e saúde mental das mulheres em todo o mundo.

Áreas Prioritárias

4. Violência Contra as Mulheres

Prevenir e eliminar todas as formas de violência baseada no gênero.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Primeiro compromisso internacional estruturado contra a violência de gênero.

2025 - Declaração de Pequim +10 - Análise dos progressos da Plataforma de Ação com **reforço do compromisso global para eliminar a violência de gênero e aumentar a participação feminina na política e na economia.**

2000s – Criação de leis nacionais contra a violência doméstica e tráfico humano.

2006 – Criação da campanha mundial anual UNiTe – 16 dias de ativismos contra a violência doméstica.

2010s – Movimentos #MeToo reforça a luta contra o assédio.

2016 – A OIT aprova a Convenção 190 contra a violência e o assédio no trabalho.

2023 – **UE vincula-se** à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica - **Convenção de Istambul.**

2024 – EU aprova Diretiva relativa à violência contra as mulheres e à violência doméstica.

2025 – Alerta para a necessidade de criar medidas efetivas de prevenção e proteção digital contra o assédio online.





5. Mulheres e Conflitos Armados

Proteger mulheres em conflitos e aumentar a sua participação nos processos de paz.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Enfoque na proteção das mulheres em zonas de conflito.

2000 – Resolução 1325 da ONU exige participação feminina nos processos de paz.

2010s – Crescente envolvimento das mulheres na diplomacia e reconciliação.

2022 – Conflitos recentes destacam a vulnerabilidade das mulheres refugiadas.

2025 – Alerta para a necessidade do fortalecimento de políticas para refugiadas e mulheres deslocadas.

6. Economia e Emprego

Garantir oportunidades económicas justas, igualdade salarial e acesso ao mercado de trabalho.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Denúncia sobre a desigualdade salarial de género e falta de oportunidades iguais no trabalho.

2000s – Primeiras leis de transparência salarial.

2015 – ODS 8 promove igualdade de remuneração.

2020 – Alerta para o facto da pandemia COVID19 trazer o risco de agravar o desemprego feminino.

2023 – A UE aprova uma diretiva para igualdade e transparência salarial.

2025 – Alerta para a necessidade de expansão da proteção social e licenças de parentalidade.





7. Poder e Tomada de Decisão

Aumentar a participação política e a liderança feminina em todas as esferas da sociedade.

Evolução prioridades ao longo dos anos:

1995 – Denúncia sobre a desproporcionalmente baixa representação política feminina.

2000s – Primeiras leis de quotas de género nos parlamentos e nos cargos de direção de empresas cotadas em bolsa e empresas públicas.

2015 – ODS 5 exige mais mulheres em posições de poder.

2020 – Mulheres ocupam 26% dos assentos parlamentares, globalmente.

2022 – Aprovação da Diretiva da EU para a representação equilibrada de mulheres e homens nos cargos de direção das empresas.

2024 - - Reconhecimento da importância do tema do Empoderamento das Mulheres no G20



8. Mecanismos Institucionais para a Igualdade de Género

Criar políticas e instituições eficazes para promover a igualdade.

Evolução ao longo dos anos:

1995 – Identificação da necessidade de criação de órgãos nacionais para a igualdade de género.

2000s – Fortalecimento de instituições internacionais sobre direitos das mulheres

2010 – Criação da ONU Mulheres - para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres.

2015 – Integração da igualdade de género nas políticas públicas.

2020 – Monitorização do impacto da igualdade de género na economia.

2025 – Maior fiscalização da aplicação das leis de igualdade.



9. Direitos Humanos das Mulheres

Assegurar o reconhecimento pleno dos direitos das mulheres como direitos humanos.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Reafirmação institucional da integração dos direitos das mulheres nos direitos humanos universais.

2000s – Expansão da proteção contra discriminação de género.

2010s – Maior reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos.

2020 – Promoção da necessidade de debate global sobre direitos trans e identificação da interseccionalidade como uma estratégia de abordagem fundamental.

2025 – Defesa da autonomia corporal e inclusão digital.

10. Meios de Comunicação

Combater estereótipos de género e promover uma imagem igual das mulheres nos media.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Reflexão sobre o papel dos media na desigualdade de género.

2000s – Combate a representações sexistas na publicidade.

2015 – Movimentos como #MeToo e visibilidade de mulheres na cultura pop.

2020 – Impacto das redes sociais na perpetuação e desconstrução de estereótipos.

2025 – Regulamentação do assédio online e inteligência artificial inclusiva.





11. Meio Ambiente

Incluir a perspetiva de género nas políticas ambientais e garantir a participação feminina.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Primeiro reconhecimento da ligação entre género e ambiente.

2000s – Promoção de uma maior participação de mulheres em políticas climáticas.

2015 – ODS 13 reconhece o impacto das alterações climáticas sobre as mulheres.

2020 – Promoção da visibilidade de Mulheres que lideram movimentos climáticos como Greta Thunberg e Vandana Shiva.

2025 – Alerta para a necessidade de serem aprovadas políticas eficazes para mulheres agricultoras e empreendedoras ambientais.



12. Meninas e Raparigas

Eliminar a discriminação contra raparigas e garantir o seu desenvolvimento pleno.

Evolução prioridades no texto da declaração ao longo dos anos:

1995 – Enfoque na eliminação do casamento infantil e mutilação genital feminina.

2000s – Redução dos casamentos forçados através de campanhas globais.

2015 – ODS 5 reforça a proteção das meninas.

2020 – Impacto negativo da pandemia no acesso à educação e casamentos precoces.

2024 - Reforço do Acordo de Igualdade de Género no G7 -Líderes das principais economias comprometeram-se a aumentar a participação feminina na política, ciência e tecnologia

2025 – Expansão de programas de empoderamento digital e educação para raparigas.

30 ANOS

A influencia da Declaração e Plataforma de Pequim em Portugal



1995

2005

2015

2025



Também **em Portugal**, nos últimos 30 anos, várias medidas e avanços foram implementados no país inspiradas pelos princípios desta declaração, e enquadradas pelas 12 áreas prioritária de intervenção critica identificadas

Anos 90

Primeiros passos Pós-Pequim



1997

Revisão Constitucional

Introdução da igualdade entre mulheres e homens como uma das tarefas fundamentais do estado, entendida como um princípio fundamental (Artigo 9.º da Constituição).

Publicação da Lei n.º 105/97, de 13 de setembro, que garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego.

Aprovação dos primeiros Planos de ação: I Plano Global para a Igualdade e I Plano Nacional contra a Violência Doméstica

Anos 90

Primeiros passos Pós-Pequim



1999

A igualdade adquire **estatuto ministerial**, apesar da curta duração deste ministério, a sua criação espelhava um contexto político e social favorável à promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Várias medidas privilegiaram a participação das mulheres na atividade económica e no acesso ao emprego, contribuindo para colocar Portugal no grupo dos países europeus com taxas de emprego das mulheres a tempo completo mais elevadas.

Primeiras medidas concretas para combater a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Publicação da **Lei 107/99** que **cria a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência**.

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2000

Publicação da Lei n.º 7/2000 que **reconhece a violência doméstica como crime público**, reforçando as medidas de proteção às vítimas.

Publicação da Lei n.º 10/2001, **que instituiu o Relatório Anual sobre a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres**, cobrindo as áreas do trabalho, do emprego e da formação profissional, trazendo visibilidade sobre a várias desigualdades, incluindo a desigualdade salarial de género em Portugal.

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2003

Aprovação do Código do Trabalho, pela Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, que **passou a enquadrar, em capítulo autónomo, a área da igualdade e não discriminação.**

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2006

Publicação da Lei 3/2006: **Lei da paridade nos órgãos colegiais representativos do poder político**, que estabelece quotas mínimas de 33% para cada género nas listas eleitorais.

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2007

Publicação da Lei n.º 16/2007 que aprovou a **exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez**.

Publicação do III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, do I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos e I Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, para o quadriénio 2007-2010.

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2008

Criação de medidas com vista à **melhoria da conciliação da vida familiar e profissional através da alteração do regime de proteção na parentalidade**, no âmbito do Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Proteção Social em Portugal. Conduziu à alteração do Código do Trabalho no sentido de **reforço dos direitos do pai e do incentivo à partilha da licença por ambos os progenitores**.

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2009

Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro

Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas

Anos 2000

Consolidação de Direitos



2009

Consagração nos n.ºs 4 e 5 do artigo 20º, da Lei n.º 112/2009 de 16 Setembro, bem como a entrada em vigor da Portaria n.º 220-A/2010 de 16 de Abril, alterada pela Portaria n.º 63/2011, de 3 de Fevereiro, que estabeleceram as condições normativas necessárias à utilização inicial dos meios técnicos de Teleassistência, que assegurem à vítima de violência doméstica uma forma específica de proteção.



CIG

COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO

Anos 2010

Aposta no planeamento estratégico



2009 - 2017

2009-2013: I Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução nº 1325 - Mulheres, Paz e Segurança - Resolução de Conselho de Segurança das Nações Unidas; II Programa de Ação para a Eliminação da MGF.

2011-2013: IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação; IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica; II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos.

2014 -2017: V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação; III Plano Nacional de Prevenção e Combate TSH; II Plano Nacional de Ação RCSNU 1325 (2014-2018); III Programa de Ação para a Eliminação da MGF.

Anos 2010

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2013

**Portugal é o primeiro Estado-membro da União Europeia a ratificar a
Convenção de Istambul**

Anos 2010

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2015

Reforço dos direitos de parentalidade

Publicação da Lei nº 120/2015 (alteração ao Código do Trabalho) que estabelece maior proteção da licença parental, incentivando a partilha entre mãe e pai.

Anos 2010

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2017

Publicação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, que estabelece **o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.**

Exigência de um mínimo de **33% de mulheres nos órgãos de administração das empresas públicas e cotadas em bolsa.**



CIG

COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO

Anos 2010

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2017

Lei n.º 24/2017, de 24 de maio (altera o artigo 31.º e revoga o artigo 37.º-B da Lei n.º 112/2009) -
Diário da República n.º 100, I Série, de 24.05.2017

Altera o Código Civil promovendo a **regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica.**

Anos 2010

Aposta no planeamento estratégico



2018

Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2030 (ENIND) -

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018.](#)

Plasmada nos três Planos de Ação através de medidas concretas a prosseguir no primeiro período de execução até 2021: Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH); o Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD) e o Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC).

Anos 2010

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2018

Publicação da **Lei da Igualdade Salarial (Lei nº60/2018)** que obriga as empresas a garantir igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual e estabelece obrigatoriedade de utilização de sistemas transparentes de definição de salários.

Criação do **Barómetro** (das Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens), uma ferramenta que permite a reflexão, avaliação e promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor.

Anos 2010

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2019

Publicação da Lei n.º 26/2019, de 28 de março, que estabelece o **regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.**

Anos 2020

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2020

Decreto-Lei n.º 101/2020, de 16 de novembro

Procede à criação de uma **licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio**, no âmbito do crime de violência doméstica

Anos 2020

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2021

Lei n.º 57/2021, de 16 de agosto

Alterou o Código Penal e o Código de Processo Penal, reforçando a proteção das vítimas de violência doméstica, incluindo medidas como:

Afastamento imediato do agressor do domicílio sem necessidade de audiência prévia.

Reforço das medidas de coação, como o uso de pulseiras eletrónicas.

Anos 2020

2023

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



Lei n.º 13/2023, de 3 de abril - Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno

- A licença de parentalidade exclusiva do pai passa dos atuais 20 para 28 dias consecutivos.
- Passa a haver um aumento do subsídio quando as licenças parentais são partilhadas de forma igual entre pai e mãe, e a partir dos 120 dias, a licença pode ser utilizada em part-time por ambos os progenitores, e em simultâneo, aumentando a duração total.
- O direito ao teletrabalho, sem necessidade de acordo, até aos 12 anos da criança, e ainda alargado sem limite aos pais com crianças com deficiência, doença crónica ou doença oncológica;
- As pessoas cuidadoras informais não principais passam a ter uma licença de cinco dias e o direito a 15 dias de faltas justificadas, passam a ter direito a teletrabalho, horário flexível ou tempo parcial, e a estar abrangidos pela proteção contra o despedimento e discriminação.

Anos 2020

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2023

Decreto-Lei n.º 113/2023 que alarga a proteção social a pessoas trabalhadoras com estatuto de vítima de violência doméstica, em situação de desemprego.

Quem tiver estatuto de vítima de violência doméstica, a cessação do contrato de trabalho é equiparada a situação de desemprego involuntário.

Anos 2020

Primado da Lei e regulação para afirmar o princípio da igualdade



2023

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto

Aprovação de novos planos de ação da ENIND para o período 2023-2026